

A C Ó R D ã O Nº 8.549

NATUREZA DO FEITO: Processo nº 9.839.1998-00-TCE (Processo nº 9.791.1998-30-TCE – Apenso)
ASSUNTO: Prestação de Contas da Prefeitura e da Câmara Municipal de Tarauacá, exercício de 1996.
RESPONSÁVEIS: Senhores **Francisco Cleudon Rocha da Costa** e **Raimundo Maranguape de Brito**
RELATOR: Conselheiro **Ronald Polanco Ribeiro**

Prestação de Contas. Prefeitura Municipal. Irregularidade. Condenação do gestor. Devolução de valores. Câmara Municipal. Causação de dano ao erário. Irregularidade. Providências administrativas para a atualização e correção monetária da condenação prevista no item 1, subitem 1.1 do Acórdão TCE nº 2.113/97 lavrado nos autos do processo apenso de nº 3.741/96 (Inspeção Ordinária na Câmara Municipal de Tarauacá). Remessa de cópia do julgado acompanhada do demonstrativo apurado para a Procuradoria Jurídica do Município de Tarauacá para fins de sua execução judicial.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, A C O R D A M os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, à **unanimidade**, nos termos do voto do Conselheiro-Relator: **1)** em relação às contas da Prefeitura Municipal de Tarauacá: **a) condenar** o ex-gestor e então ordenador de despesas Senhor **Francisco Cleudon Rocha da Costa**, com fulcro no art. 54, *caput*, da Lei Complementar Estadual nº 38/93, à **devolução** e ao recolhimento aos cofres públicos municipais de Tarauacá, **no prazo máximo de 30 (trinta) dias** contados da notificação do presente julgado, ao recolhimento da quantia de **R\$ 9.318,50** (nove mil, trezentos e dezoito reais e cinquenta centavos) acrescida de juros legais e corrigida monetariamente a partir de 31/12/1996 até a data do seu efetivo pagamento, sob pena de execução, que, desde já, fica autorizada (arts. 58, inciso III, alínea “b” e 59 c/c o art. 63, inciso II, da LCE nº 38/93); e **b)** observado o trânsito em julgado da decisão, **encaminhar** cópia dos presentes autos à Augusta Câmara Municipal de Tarauacá, para julgamento das Contas de Governo, aqui trazidas também como contas de gestão, conforme art. 23 § 1º, da CE/89 e art. 31, §§ 1º e 2º da CF/88; e **2)** em relação às contas da Câmara Municipal de Tarauacá: **a) reprov**ar a **prestação de contas de gestão da Câmara Municipal de Tarauacá**, exercício orçamentário e financeiro de 1996, de responsabilidade do Senhor **Raimundo Maranguape de Brito**, então vereador-presidente, **considerando-a IRREGULAR** nos termos do art. 51, inciso III, alínea “c” da Lei Complementar Estadual nº 38/93, em face da causação de dano ao erário no valor de 3.678,33 (três mil, seiscentos e setenta e oito reais e trinta e três centavos) na conformidade da condenação fixada no item 1, subitem 1.1 do Acórdão TCE nº 2.113/97 lavrado nos autos do processo apenso de nº 3.741/96

(A C Ó R D ã O Nº 8.549 – FL. 02)

(Inspeção Ordinária na Câmara Municipal de Tarauacá); **b)** adotar **providências administrativas** para a **atualização e correção monetária** da **condenação prevista no item 1, subitem 1.1 do Acórdão TCE nº 2.113/97** lavrado nos autos do processo apenso de nº 3.741/96 (Inspeção Ordinária na Câmara Municipal de Tarauacá); e **c)** **remeter** imediatamente cópia de tal julgado acompanhada do demonstrativo apurado para a Procuradoria Jurídica do Município de Tarauacá para fins de sua execução judicial, de tudo dando ciência a este Tribunal. Após as formalidades de estilo, pelo **arquivamento** dos autos. **Vencida em parte** a Conselheira Dulcinéa Benício de Araújo que votou também: 1) notificar o então Gestor, Sr. Francisco Cleudon Rocha da Costa, acerca das ressalvas a seguir destacadas no relatório técnico: a) ausência de assinatura nos demonstrativos contábeis pelo responsável por sua elaboração; b) incorreção na Demonstração da Receita e Despesa segundo a categoria econômica, assim como nos valores despendidos com diárias; c) inconsistências no Balanço Orçamentário; e d) ausência dos Demonstrativos dos Recursos Humanos, assim como das notas de empenho emitidas no exercício; 2) determinar ao Gestor que devolva aos cofres do Município, no prazo de 30 (trinta) dias, a quantia de R\$ 9.318,50 (nove mil, trezentos e dezoito reais e cinquenta centavos), devidamente atualizada até a data do pagamento, referente ao saldo financeiro não comprovado. Ausentes, justificadamente, os Excelentíssimos Senhores Conselheiros Antônio Jorge Malheiro e Antonio Cristovão Correia de Messias-.-.-.-.-

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Acre
Rio Branco – Acre, 07 de novembro de 2013

Conselheiro **VALMIR GOMES RIBEIRO**
Presidente do TCE/AC

Conselheiro **RONALD POLANCO RIBEIRO**
Relator

Fui presente:

JOÃO IZIDRO DE MELO NETO
Procurador-Chefe do MPE de Contas